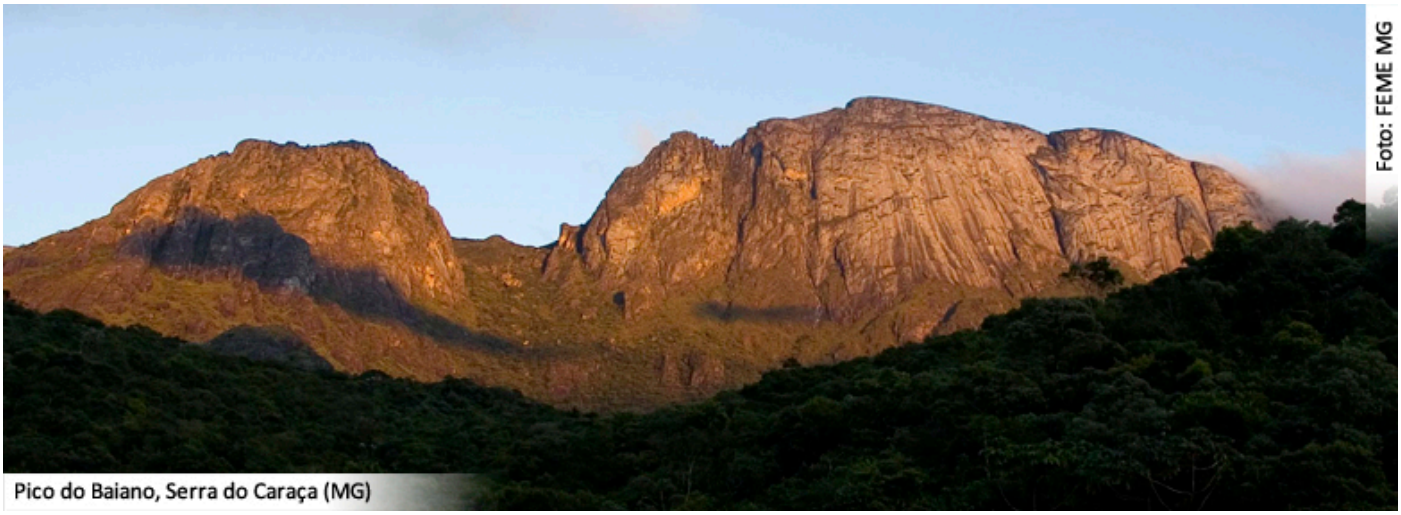


Pico do Baiano, Serra do Caraça (MG)

População de Catas Altas (MG) reage a projetos de mineração que põem em risco a Serra do Caraça

DATA DE EDIÇÃO
27/07/2012

MUNICÍPIOS
MG - Catas Altas

LATITUDE
-20,07361111

LONGITUDE
-43,43277778

SÍNTESE

A população do município de Catas Altas (MG), no pé da Serra do Caraça, que integra a Serra do Espinhaço, se mobilizou contra o projeto da Maybach Mineradora e Serviços Ltda., que queria extrair minério de ferro no alto da serra, alegando que as atividades da mineradora poderiam comprometer os recursos hídricos e impactar o turismo na região.

APRESENTAÇÃO DE CASO

A Serra do Caraça, localizada na Serra do Espinhaço, fica a cerca de 120 km de Belo Horizonte (MG), na parte nordeste do Quadrilátero Ferrífero. Trata-se de uma faixa de transição da Mata Atlântica para o Cerrado, rica em biodiversidade, abrigando diversas espécies de flora e fauna (BARBOSA, 2005).

A serra situa-se dentro da Área de Proteção Ambiental do Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul). Nesta APA, se encontram duas importantes bacias hidrográficas, a do rio São Francisco (sub-bacias Paraopeba e Velhas) e a do rio Doce, que respondem pelo abastecimento de cerca de 70% da população de Belo Horizonte e de 50% da população de sua região metropolitana (PORTO, 2010b). É também uma região bastante conhecida por seus depósitos de ouro, manganês e ferro (BARBOSA, 2005).

No entorno da serra, encontram-se os municípios de Barão de Cocais, Mariana e Catas Altas, que, assim como outras cidades mineiras, fizeram parte do Ciclo do Ouro e, ainda hoje, têm como base de sua economia a atividade mineradora (BARBOSA, 2005). No entanto, apesar de fomentar a economia dos municípios, a mineração vem, ao longo dos séculos, causando vários impactos ambientais na região, dentre eles a expressiva redução da Mata Atlântica e florestas primitivas, resultante de queimadas e extração de madeira para abastecer os autofornos das siderúrgicas (BARBOSA, 2005).



O lobo-guará é o símbolo do Parque Natural da Serra do Caraça

Os impactos são maiores na região sul da serra, onde se encontra boa parte das mineradoras, concentradas ao longo da estrada de ferro da Vale, que atravessa Barão dos Cocais, Catas Altas e Mariana. Localizada no lado oposto ao Parque Natural do Caraça (BARBOSA, 2005), a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) interliga as minas de Itabira e do sul/sudeste do Quadrilátero Ferrífero, pelo ramal Costa Lacerda, ao Porto de Tubarão-Terminal de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Sendo assim, a EFVM é o principal canal de suprimento das siderúrgicas localizadas no Vale do Rio Doce e das instaladas nas proximidades do Porto de Tubarão. Além disso, é o canal para exportação do minério de ferro produzido no Quadrilátero Ferrífero (DAMASCENO, 2007).

Com 240,042 km² e 4.846 habitantes (IBGE, 2010), o município de Catas Altas situa-se ao pé da Serra do Caraça,

sendo conhecido nacionalmente por seu conjunto arquitetônico, igrejas barrocas e por suas inúmeras belezas naturais (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Assim como outras cidades mineiras, a história de Catas Altas é marcada pela exploração mineral (SERRA DO CARAÇA, 2011; MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010). Sua colonização remonta ao início do século XVIII, quando foram descobertas jazidas de ouro na Serra do Caraça. O próprio nome da cidade está relacionado com o ciclo do ouro mineiro: "cata" significaria "garimpo" e, de acordo com relatos da época, as minas mais ricas e produtivas estariam situadas nas partes mais altas, ou seja, no alto da serra. Daí o nome Catas Altas (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Com o esgotamento das minas auríferas, o arraial entrou em decadência, e os poucos habitantes que restaram passaram a se dedicar ao cultivo de pequenas roças de subsistência. A extração do ouro restringiu-se às lavras do Capitão-mor Inocêncio, que, posteriormente, seguindo o conselho do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que visitara a região nos idos de 1816, passou a explorar minério de ferro, cujas reservas eram abundantes na Serra do Caraça (SERRA DO CARAÇA, 2011).

Nas últimas décadas, a extração de minério de ferro na região deu novo impulso à economia de Catas Altas (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010). Várias mineradoras se instalaram no município, como é o caso da australiana BHP Billiton, detentora dos direitos da mina de Pitangui (PORTO, 2010a). Já o turismo passou a complementar a renda dos moradores que veem na atividade uma alternativa sustentável aos impactos socioambientais da atividade mineradora (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

A retomada da mineração intensificou-se no município a partir de 2006 com a expansão da mina Fazendão, de propriedade da Vale. Localizada a 8 km da sede municipal, na Serra do Caraça, a mina extrai minério de uma cava de 2, 6 mil metros de extensão e 300 metros de profundidade, gerando mais de 2 mil empregos (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010). Na mina, predominam três grandes grupos de rochas ricas em ferro: hematitas, itabiritos e coberturas (cangas e rolados) (RIBEIRO; GUIMARÃES; FERREIRA, 2004). Com a expansão da mina, a Vale pretendia aumentar a produção de 60 mil toneladas anuais para até 17 milhões de toneladas/ano (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

À época, membros da sociedade civil, empresários do setor turístico e a ONG Portal do Caraça manifestaram-se contra à expansão da mina. Dentre os motivos alegados estava a possibilidade de o projeto ameaçar o patrimônio histórico da cidade e impactar negativamente a disponibilidade dos recursos hídricos. O próprio relatório de controle ambiental do projeto previa a necessidade de se rebaixar o nível de água superficial em 115 metros e o lençol subterrâneo, em 65 metros, justamente acima dos mananciais que abastecem a cidade. Além disso, temiam o aumento dos índices de criminalidade no município, estimulados por um possível crescimento demográfico decorrente da oferta de empregos e da movimentação de trabalhadores vindos de outras localidades (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Em janeiro de 2007, fortes chuvas provocaram a suspeita de rompimento de uma barragem de rejeitos da Mina Fazendão, atingindo córregos e o Parque Morro da Água Quente, construído pela mineradora como contrapartida para exploração da região. O parque teria ficado completamente destruído (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010; JVA, 2007).



Localização do município de Catas Altas em Minas Gerais

A Vale negou que as chuvas tivessem rompido sua barragem. O assessor de comunicação da empresa na época garantiu que foi a chuva a responsável pelos danos: “Não houve, de forma alguma, rompimento de barragem. O temporal nos obrigou a usar todos os vertedouros para dar vazão à grande quantidade de água” e completou alegando que “os estragos no Parque Morro da Água Quente também foram decorrentes do grande volume de água – cerca de 109 mL em três horas” (JVA, 2007). Ainda de acordo com a empresa, técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) não teriam encontrado quaisquer danos no local que corroborassem as alegações da ONG Portal do Caraça (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010; JVA, 2007).

Três anos depois, outro projeto de mineração em Catas Altas despertaria novamente a oposição da sociedade civil organizada. Dessa vez, tratava-se do projeto da Maybach Mineração e Serviços Ltda., que pretendia explorar minério de ferro aos pés do Pico de Catas Altas, na Serra do Caraça (PORTO, 2010a; MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010), numa APA, vizinha a uma Área de Proteção Permanente (APP) (PORTO, 2010a).

O local, considerado um dos cartões-postais locais, fica a 1 km do centro histórico da cidade. Nele, se encontram as nascentes do rio Maquiné, responsável pelo abastecimento

de água do município (JORNAL BOM DIA, 2010).

A proposta surpreendeu a população de Catas Altas, pois, embora a mineradora já possuísse licença do Instituto Estadual de Florestas (IEF) para desmatar uma área equivalente a 10 mil m² e dependesse apenas do licenciamento municipal para requerer ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) o direito de lavra, pouco se sabia a respeito do projeto (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Em seis de julho de 2010, o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (Codema) de Catas Altas realizou uma reunião para discutir, com a comunidade, o licenciamento da área requerida pela empresa. A reunião, no entanto, ficou marcada pela falta de informações concretas e "pelo uso de subterfúgios pela administração municipal para conseguir a anuência do Codema à proposta" (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Segundo a ONG Portal do Caraça, o primeiro parecer emitido pela Assessoria Jurídica da prefeitura era contrário à iniciativa. No entanto, outro parecer, desta vez favorável, fora incluído no processo. Com base neste segundo parecer, a prefeitura foi a favor do empreendimento, alegando que, embora se tratasse de uma área de preservação, a legislação não impedia a extração de recursos minerais; requeria apenas mais rigor na fiscalização (JORNAL BOM DIA, 2010). O Codema também se manifestou a favor da iniciativa (PORTO, 2010b).

Em vista disso, a população passou a realizar intensa mobilização social para defender a Serra do Caraça. Dentre as ações, destaca-se o abaixo assinado pleiteando que toda a serra seja considerada unidade de conservação. Além disso, passou a realizar atos públicos em defesa da serra e criou o movimento "Serra pede socorro", levando a situação ao Ministério Público e cobrando explicações dos órgãos envolvidos na aprovação da iniciativa (JORNAL BOM DIA, 2010).

A insatisfação da população se devia, dentre outros fatores, à extensão da área de desmatamento prevista pelo projeto, ao possível comprometimento do abastecimento de água na cidade (JORNAL BOM DIA, 2010) e às pretensões da Maybach de escoar a produção pelo modal rodoviário até o município de Barão de Cocais, o que poderia afetar o turismo da cidade devido ao trânsito de veículos pesados (PORTO, 2010b).

A pressão popular e a falta de clareza sobre as alterações nos pareceres fizeram com que o Codema retificasse sua decisão. Já a prefeitura mudou publicamente sua postura em relação ao empreendimento, sem cancelar, no entanto, a certidão emitida a favor da iniciativa (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Diante dos fatos, o Ministério Público Estadual (MPE) contestou as determinações do Decreto Estadual 44.844/2008, que subsidiou a concessão da chamada Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para mineração na Serra do Caraça, afirmando que esse tipo de licença não exige estudos ambientais para sua aprovação, o que contraria a Resolução 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), sendo, portanto, inconstitucional. A Ordem dos Advogados do Brasil-Seção de Minas Gerais (OAB-MG) corroborou a interpretação do MPE. Então, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) suspendeu a concessão da AAF, impedindo a Maybach de se instalar no local, enquanto não se posicionasse de forma definitiva sobre o assunto (PORTO, 2010b). Até hoje, não há definição a respeito do empreendimento (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Atualmente, a Serra do Caraça, assim como a Serra do Curral e do Rola-Moça, é um dos geossítios do Geoparque [marca atribuída pela Unesco a uma área com limites bem definidos onde haja um determinado número de sítios geológicos de especial importância científica, raridade ou beleza] Quadrilátero Ferrífero (Geopark QFe), lançado oficialmente em setembro de 2011. Tendo em vista o relevante patrimônio natural e cultural do Quadrilátero Ferrífero e suas inúmeras reservas minerais, desde 2006, vinham sendo realizados estudos e discussões sobre a possibilidade de criação de um Geoparque da Unesco na região (GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO, 2011).

De acordo com o presidente do Comitê Gestor do Geoparque, a iniciativa visa ser "um instrumento indutor da promoção e valorização do patrimônio de história geológica e de cultura mineral da região, e de estratégias para o desenvolvimento sustentável do território minerário, cujo perímetro circunda 23 municípios e uma área de 6 mil km², que abriga 3,5 milhões de habitantes" (BRASIL MINERAL, 2011).



Município de Catas Altas e Serra do Caraça ao fundo

O Geopark QFe é gerido pelo Instituto Quadrilátero e tem como instituições fundadoras associadas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais

(Sectes-MG), por meio do Pólo de Excelência Mineral e Metalúrgico; e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) (BRASIL MINERAL, 2011).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A exploração de minério de ferro no município de Catas Altas (MG) está localizada na latitude 20º04'25"S e longitude 43º25'58"W, Rio Piracicaba na bacia do Rio Doce na Região Costeira do Atlântico do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, André Coutinho. Geoprocessamento aplicado ao estudo da vegetação e do uso e ocupação do uso do solo da região da Serra do Caraça no período do 1980-2002, 2005, 48 f. Monografia (Especialização em Geociências), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/andrecoutinho.pdfAcesso em: 20 dez. 2011.

BRASIL MINERAL. Minas Gerais. Lançado o Geopark Quadrilátero Ferrífero. In: Brasil Mineral Online, n. 518, 09 de set. 2011. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?busca=Geopark+Quadril%E1tero+Ferr%EDfero. Acesso em: 20 dez. 2011.

DAMASCENO, Eduardo Camilher. Disponibilidade, suprimento e demanda de minérios para metalurgia. Rio de Janeiro: Cetem/MCT, 2007. Série Estudos e Documentos. Disponível em: http://www.cetem.gov.br/publicacao/series_sed/sed-69.pdf. Acesso em: 20 dez. 2011.

GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO. O Geopark QFe. Localização, 2011. Disponível em: http://www.geoparkquadrilatero.org/?pg=conteudo&id=162&L=PTBR&_Localizacao. Acesso em: 20 dez. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Catas Altas (MG). In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=311535&r=2. Acesso em: 20 dez. 2011.

JORNAL BOM DIA. População de Catas Altas se manifesta contra mineração no Maquiné. In: Mais Mídia, 07 jul. 2010. Disponível em: http://maismidia.net/noticia.aspx?id=285. Acesso em 20 dez. 2011.

JVA. Mineradora atribui às fortes chuvas desastre ambiental em Catas Altas. Jornal Vale do Aço, fev. 2007. Disponível em: http://www.jvaonline.com.br/novo_site/ler_noticia.php?id=4024. Acesso em: 27/07/2012.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. População luta contra instalação de projeto de mineração. 2010. Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=305. Acesso em: 21 dez. 2011.

PORTO, Bruno. Codema pode permitir extração na Serra do Caraça. Grupo Ambiental de Santa Bárbara, 06 jul. 2010. 2010a. Disponível em: http://www.onggasb.com.br/2010/07/codema-pode-permitir-extracao-na-serra.html. Acesso em: 21 dez. 2011.

_____. Secretário de Meio Ambiente suspende autorização para mineração na Serra do Caraça. Grupo Ambiental de Santa Bárbara, 08 jul. 2010. 2010b. Disponível em: http://www.onggasb.com.br/2010/07/secretario-de-meio-ambiente-suspende.html. Acesso em: 20 dez. 2011.

RIBEIRO, Valeria E.; GUIMARÃES. M. L. V.; FERREIRA, F. Fº A. Gênese do Minério de Ferro da Mina de Fazendão. In: 42º Congresso Brasileiro de Geologia. Araxá (MG). 2004. Anais... Disponível em: http://sbgeo.org.br/pub_sbg/cbg/2004-ARAXA/13_1035_RIBEIROVE.pdf. Acesso em: 21 dez. 2011.

SERRA DO CARAÇA. Atrativos e passeios. Catas Altas – MG, 2011. Disponível em: http://www.serradocaraca.tur.br/atrativos_catas_altas. Acesso em: 20 dez. 2011.